

Uma queixa de Nakano: "Surgem coisas inesperadas".

O governo não abriu mão da meta de um déficit público não superior a 3,5% do PIB até o final do ano, conforme prevê o Plano de Controle Macroeconômico. E, adicionalmente, está acionando mecanismos para conter severamente os desembolsos, em especial aqueles não programados. "Nós estamos controlando o déficit, mas surgem coisas inesperadas", afirmou o chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano. De qualquer forma, observou, os desembolsos a estados e municípios "estão dentro do projetado".

Uma das formas de controlar o déficit será a de acionar mais intensamente a Comissão de Coordenação Financeira do Ministério da Fazenda, conforme revelou outra fonte do ministério. Nakano evita, porém, revelações mais precisas.

— As medidas — assinalou — serão mais de natureza administrativa, para que se tenha um controle rigoroso. Não é um problema de gestão. É que não havia sido montado todo o esquema para essa gestão. As metas e os tetos já foram fixados. Agora saem as medidas.

— Gastos acima do teto não serão cobertos. Em algumas áreas já estamos devolven-



Yoshiaki Nakano

do os pedidos de verba. Na área de pessoal, por exemplo, cada um terá seu teto.

Inflação

Nakano admite que o nível de inflação de agosto será superior ao previsto, mas isto se deve em parte ao indicador: "O IPC é um indicador de preços de pessoas com renda

de até cinco salários mínimos. E há coisas que estão pesando como mensalidades de clubes, aluguéis (que não subiram, mas as renovações de contrato aparecem como aumento), vestuário, cigarros. Se isto fosse diluído, o patamar da inflação não seria maior que o de julho. O índice ideal seria bem mais amplo. Para certas finalidades, deveria haver um índice dessazonalizado".

Monetização

O secretário entende que a economia vive um momento de monetização, ou seja, as pessoas procuram mais moeda porque a inflação declinou. E, simultaneamente, a procura por crédito caiu, havendo ainda, em julho, problemas na área pública. Mas antes de novas medidas para conter a liquidez na economia, "é preciso esperar um pouco", assinalou.

Nakano afirmou que não existe, dentro do governo, qualquer decisão definitiva acerca de pagar ou não um valor simbólico aos bancos estrangeiros, por conta da dívida não honrada em função da moratória de fevereiro, o que, segundo os banqueiros, favoreceria as negociações. "Não há uma decisão. As negociações estão-se iniciando. Depende das circunstâncias."

(F.P.J.)